

# Introdução

1. Este livro resulta, como o seu próprio nome indica, daquele que foi o primeiro grande inquérito realizado à escala nacional sobre alguns aspetos da cada vez mais atual e multifacetada questão da sustentabilidade. Com efeito, as ruturas ambientais e sociais resultantes do modelo de crescimento económico prevalente têm-se feito sentir de forma progressiva e aguda em todo o mundo nos últimos anos e, particularmente, a partir da crise financeira mundial de 2008 (com particulares repercussões em Portugal entre 2011 e 2014), colocando a problemática da sustentabilidade em maior relevo.

Da crise dos refugiados à das energias, das tensões políticas internacionais aos novos populismos e fundamentalismos, dos impactos das alterações climáticas à crise da consciência cívica no mundo das redes sociais, tudo parece escapar à lógica de uma racionalidade global justamente no momento em que os processos desmultiplicados da globalização mais exigiriam e mais fariam esperar a intensificação dos acordos, do diálogo, da cooperação e do encontro em torno de objetivos comuns. É por estes desígnios comuns que a ONU tem mantido e renovado o seu plano de grandes objetivos globais, inicialmente os Objetivos do Milénio (2000-2015) e agora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016-2030), reformulados e mais abrangentes – implicando todos os países do mundo na agenda 20-30 e nas suas metas (UN 2015).

Nunca os valores da sustentabilidade foram tão decisivos e nunca estiveram em situação tão crítica como agora. Estará este paradoxo associado à própria noção de sustentabilidade? Na verdade, o conceito multiplica a sua utilização, mas também suscita revisões críticas. Seja como for, o que está em causa é de tal modo importante que o assunto se revela decisivo a qualquer escala que o queiramos considerar. Assim, tomar o pulso às representações e práticas de sustentabilidade em Portugal parece indiscutivelmente pertinente.

Não se pense, contudo, que o assunto é recente. Os próprios antecedentes da noção de sustentabilidade mergulham raízes na filosofia moral e assinalam parentesco com questões de prosperidade, paz e até algumas utopias de várias épocas. A palavra atualiza, pois, antecedentes remotos e a noção ecoa preocupações antigas, mas o quadro atual, em que tanto

a palavra como a noção existem, tem uma escala, complexidade e urgência tais que obrigam a tomá-la como uma realidade nova gerada da aceleração que se seguiu ao período do pós-Segunda Guerra Mundial.

É neste sentido que particularmente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a questão tem sido abordada e muito especificamente pela equipa do Observa – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade – desde 1997. Integrando as quatro dimensões – ambiental, social, económica e de governança –, a problemática da sustentabilidade tem sido uma linha permanente dos projetos de investigação que o Observa tem conduzido em Portugal, por vezes em associação com outros projetos de escala internacional, tais como o *European Social Survey*, *European Values Survey*, *International Social Survey Programme*, ou ainda a rede *Energy and Society*.

A ideia de realizar um inquérito nacional às representações e práticas em torno da sustentabilidade pôs em rota de encontro estes importantes antecedentes de pesquisa com a crescente urgência e multiplicação das diferentes escalas do problema. Foi por isso que o desafio lançado ao ICS pela Missão Continente – uma missão votada à sustentabilidade – pareceu um exemplo de boa articulação entre as inquietações da sociedade civil sobre as suas responsabilidades, as estruturas empresariais e a missão cívica da investigação científica.

O estudo desenvolveu-se entre abril e setembro de 2016 e os resultados pareceram, para além de relevantes, também inspiradores, recomendando desdobramentos, continuidades e sobretudo ampla divulgação. É o que o Observa realiza agora, com o apoio da Missão Continente, através da publicação deste livro.

O título desta obra não poderia, pois, deixar de ser *Sustentabilidade*. Uma palavra que se diria do momento e que expressa as mais transversais angústias do tempo presente face a um futuro incerto. É também um termo cujos contornos permanecem disputados e um conceito que não parou ainda de se desdobrar e cujos antecedentes revelam longínqua genealogia (Amaro 2003; Soromenho-Marques 2003 e 2005).

Não queremos aqui, nem tal seria possível, abordar este interessante conjunto de histórias que o conceito – interdisciplinar, aliás – transporta consigo, mas não podemos deixar de assinalar algumas reflexões recentes em torno das noções de sustentabilidade, de desenvolvimento, de crescimento e de desenvolvimento sustentável.

2. Trinta anos depois da publicação do *Relatório Brundtland*, que lançou e projetou o conceito de desenvolvimento sustentável (DS), este continua a ser, sem dúvida, um grande desígnio a várias escalas.

Apesar de, em termos globais, diversos indicadores ambientais, sociais e económicos evidenciarem um afastamento progressivo do modelo de DS então defendido, coexistem avanços notáveis, mesmo que localizados. Sobretudo alastrou a popularidade do conceito, envolvendo diferentes agentes sociais e económicos em distintos contextos demográficos (Schmidt e Guerra 2016).

O DS implica o equilíbrio entre imperativos adstritos às suas quatro dimensões: uma economia menos predatória e regenerativa, mais coesão e equidade social, mais conservação e restauro ambiental, mais e melhor democracia e transparência nos processos de decisão.

Temos assim que, por um lado, a transversalidade, elasticidade e omnipresença da ideia de desenvolvimento sustentável representará certamente uma das suas maiores potencialidades e, no mínimo, terá imposto uma consciência clara dos limites ecológicos hoje dificilmente contestáveis. Por outro lado, a multiplicação de definições e interpretações que decorreram dessa disseminação alargada, bem como o agravamento da pressão sobre os recursos, poucos efeitos tiveram no redesenhar dos caminhos para a sua aplicação efetiva, tornando o conceito de DS alvo de crítica e até de contestação.

Dois sentidos dessa crítica se destacam. Um aborda a eventual carência lógica da expressão, chegando mesmo a considerá-la um «oxímoro» (Daly 1990; Redclift 2005). Trata-se de uma crítica que se foca na natureza contraditória da relação entre crescimento e sustentabilidade no pressuposto de uma identificação direta, ainda que não expressa, de desenvolvimento com crescimento. Veremos adiante como este eventual paradoxo se encontra assumido ao nível de propostas programáticas específicas e constitui atualmente uma importante frente de exploração de vias para a sustentabilidade, omitindo-se nela intencionalmente as expressões «desenvolvimento» ou «crescimento».

A outra tem a ver com a distância entre o discurso e a prática recorrente em todos os processos de mudança social – e mais ainda num processo que se pretende global. Neste sentido, vários autores têm sublinhado criticamente o «generoso» discurso da sustentabilidade como um mero recurso de conveniência e, eventualmente, uma forma legitimada de os países do Norte penetrarem nos países do Sul, assegurando novas formas de apropriação, por exemplo, através do patenteamento da biodiversidade e dos recursos naturais (Pureza 2000; Redclift 2009). Esta crítica recorrente relaciona-se com o facto de a agenda da sustentabilidade ser quase exclusivamente delineada pelos países do Norte e pelos seus problemas e interesses, numa espécie de neoimperialismo ecológico ocidental (Latouche

2005; Beck 2009), bem visível, por exemplo, na forma como o problema das alterações climáticas tem sido equacionado. Embora os países do Sul já sejam as principais vítimas das consequências das alterações climáticas (para as quais, aliás, quase não contribuíram), na perspetiva do Sul a agenda em torno desta questão tem sido essencialmente marcada pelos interesses do Norte. Um sintoma disso mesmo é a preocupação recorrente e dominante com problemas que afetarão as gerações futuras, minorando-se problemas bem mais próximos que se colocam já às gerações do presente, em muitas regiões e países do Sul (Latouche 2005; Redcliff e Hinton 2008; Redcliff e Springett 2015). Na sequência destes e de outros alertas lançados por cientistas de diversas áreas, o papa Francisco, na sua recente carta-encíclica *Laudato Si*, alerta claramente para esta situação, articulando as questões do ambiente com as das desigualdades e formulando a equação entre justiça e carbono como decisiva na resposta Norte/Sul aos efeitos das alterações climáticas. O papa desafia-nos depois na «busca de um desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável» porque nele vê a capacidade de mudança de rumo por ser um modelo de economia mais inteligente capaz de contrariar o horizonte de derrocada das sociedades humanas (Francisco 2015).

Por isso, apesar de todas as críticas anunciadas, importa sublinhar as transformações decisivas e as conquistas já alcançadas pelo projeto de promoção global dos princípios do desenvolvimento sustentável. Independentemente das contradições e críticas dos que veem o desenvolvimento sustentável mais como um discurso balsâmico do que como uma estratégia efetiva de decisão, alguns autores sublinham a sua importância enquanto discurso inspirador de mudança, evidenciando fatores essenciais de ordem social, económica e ambiental e colocando o desenvolvimento e o ambiente como duas faces da mesma moeda. Por outras palavras, a dimensão excessivamente retórica do discurso do desenvolvimento sustentável, como alguns acusam, faz, afinal, parte da sua própria força, na medida em que um dos objetivos é justamente testar a sua capacidade de influência, de persistência e de arrastamento de consequências.

Mesmo que, a partir de 2008, a crise financeira tenha abrandado, ou até desvirtuado, a implementação do desenvolvimento sustentável e promovido os critérios económicos em detrimento dos sociais e ambientais, o certo é que os processos transformativos para a sustentabilidade seguiram o seu caminho, eventualmente com ritmos mais brandos e com mudanças, ora impostas, ora optadas.

E, de facto, voltando ao *Relatório Brundtland*, podemos dizer que, se é verdade que a distância entre o discurso e a prática da sustentabilidade

infelizmente aumentou, muitas das suas sementes também germinaram: o tema está inscrito na ordem do dia das agendas políticas nacionais e internacionais; influenciou cognitivamente, alcançando consensos, mesmo que algo retóricos; entrou nas lógicas de produção do mundo empresarial; faz parte das prioridades da investigação científica; constitui um processo cumulativo de conquistas, ainda que com reveses, como atualmente se constata. Veja-se, por exemplo, o modo como muitas organizações internacionais e europeias se têm mobilizado na produção de documentos com propostas inovadoras para uma nova economia mais sustentável, mais verde e de maior bem-estar (Ferrão 2014).

3. Ora, justamente num desses documentos – *Prosperidade sem Crescimento: Economia para Um Planeta Finito* –, Tim Jackson alerta para o facto de um dos maiores desafios para a sustentabilidade ter a ver com os processos de produção e consumo de bens e serviços. Não se trata apenas ou essencialmente de uma questão ambiental. A sustentabilidade implica o reforço do sentido crítico entre cidadãos responsáveis e atuantes que ponham em causa o *status quo*, o repensar de práticas de produção e de consumo e, sobretudo, uma consciência clara dos efeitos que o modo de vida de uns têm sobre a capacidade de escolha de muitos outros (Jackson 2009 [2013]).

As práticas de produção e consumo são, pois, uma componente nuclear da sustentabilidade – das sustentabilidades todas, se quisermos pensar nas suas várias vertentes em separado, como habitualmente surgem referidas. «Por um lado, a motivação do lucro estimula produtos e serviços mais novos, melhores ou mais baratos, através de um processo contínuo de inovação e ‘destruição criativa’. Por outro lado, a procura cada vez maior desses bens por parte dos consumidores é alimentada por uma lógica social complexa» (id., *ibid.*, 110). Repensar as formas de produção e estilos de vida que mais pressionam os recursos em sociedades de hiperconsumo são, por isso, aspetos cruciais para a sustentabilidade no futuro.

Elaborado em 2009, este documento de Tim Jackson traduz o modo como resultou no pensamento económico a experiência traumática da crise de 2008, ponderando com notável sensatez a condição económica da sociedade ocidental e demonstrando com lucidez a viabilidade prática da saída da(s) crise(s). O texto é também uma proposta programática que fala de coisas que tocam individualmente a vida de todos nós: prosperidade, bem-estar, segurança... Entre algumas passagens particularmente importantes destaca-se, por exemplo, a de uma redefinição da ideia de «prosperidade» em termos modernos, que parte do princípio, já amplamente

verificado, segundo o qual viver na vertigem de consumir cada vez mais mercadorias, mais baratas e menos duradouras não aumenta o estado de satisfação das pessoas com a vida. Isto é, mais consumo material não implica necessariamente atingir mais felicidade.

Não se trata aqui, evidentemente, de suspender o consumo, o que acarretaria uma ruína tão má ou pior do que aquela em que estamos a cair, mas sim de gerar novos horizontes de consumo – não só ao nível dos bens produzidos, mas também da forma como eles são consumidos. Aquilo a que se pode chamar uma «frugalidade epicurista» que permita elevar a arte e a cultura do consumo na razão inversa das suas insustentabilidades todas. Trata-se de incentivar uma nova cultura de consumo mais sofisticada, menos viciada nas montanhas de produtos inúteis e na espiral de consumismo que nos levou ao irremissível endividamento com que a crise nos trouxe à coleira. Uma cultura de consumo ambiental e socialmente motivada que implique mais incorporação de conhecimento e de inovação, desdobrando novos setores económicos com um crescimento de perfil diferente, ou seja, com lógicas energéticas e ambientais muito mais desenvolvidas e socialmente mais justas. Apesar de esta abordagem não criticar moralmente as práticas de consumo – entendendo-as como ferramentas fundamentais de comunicação, identidade e expressão de valores e convenções sociais das sociedades contemporâneas –, o autor não deixa de partir de uma visão demasiado voluntarista, individualista e racional. Isto é, parte do pressuposto de que, com conhecimento, vontade e empenho pessoal, as pessoas conseguem compreender a necessidade da mudança das suas práticas de consumo.

Nesta ótica, as escolhas de bens e serviços mais sustentáveis decorreriam de uma maior consciência dos efeitos negativos do seu próprio consumo na capacidade de carga do planeta. Porém, para que tornemos o consumo mais sustentável não é suficiente fazermos melhores escolhas ou aumentarmos a nossa consciência sobre os malefícios do nosso consumo excessivo. Precisamos de fazer mudanças fundamentais na forma como vivemos, trabalhamos e usufruímos de atividades de lazer e férias, e muitas destas mudanças não podem ser realizadas sem acicatar consciências. O consumo sustentável requer assim que façamos mudanças profundas nas nossas práticas quotidianas (Watson 2017), tornando-se crucial uma análise capaz e a compreensão desse processo de mudança.

Nesse sentido, pesquisas recentes na área do consumo começam a dar atenção aos aspetos mais invisíveis, mundanos e quotidianos destas práticas, refinando *inclusive* o próprio conceito de consumo. Este último deixa de se tornar uma prática para ser entendido como um momento

que ocorre em quase todas as práticas quotidianas (Warde 2017). Isto é, para se ser competente na realização de determinadas práticas (seja reciclar, comprar produtos de agricultura biológica, passear em jardins ou parques, trabalhar numa horta urbana) é necessário adquirir bens e serviços (caixotes para a separação do lixo, produtos «bio», sapatos confortáveis para passeio, enxadas e sementes, água, energia, terra). Ou seja, consumir de forma a reproduzir essas mesmas práticas que incorporam determinados significados e valores, bem como conhecimentos, capacidades e competências (Halkier, Keller, Truninger e Wilska 2017).

Mas, mais importante do que focar a forma como as práticas se constituem, reproduzem ou desvanecem no dia a dia, é cada vez mais premente entender as relações entre várias práticas, tendo em conta escalas analíticas, espaciais e temporais múltiplas. O conceito de «sistemas de prática» permite que mudanças nas práticas estejam relacionadas com mudanças em todos os sistemas nos quais essas práticas estão incorporadas, bem como os seus momentos de consumo de bens e serviços (Watson 2012; Truninger 2015). A procura de mudanças nas práticas pode significar a busca de mudanças que impliquem a reestruturação dos sistemas de provisão de bens e serviços (e. g., água, energia, alimentação, vestuário, desperdício e lixo), dos meios de comunicação social, do governo, das empresas, do desenho das cidades sustentáveis do futuro, do planeamento dos deslocamentos vários das populações por causa dos efeitos das alterações climáticas. Tudo isto em vez de intervir diretamente nos comportamentos individuais – o que constitui uma pequena gota num enorme oceano de mudanças necessárias em direção à sustentabilidade.

É nesta linha que as Nações Unidas vêm trabalhando cada vez mais em torno de caminhos viáveis tendo por base os valores da sustentabilidade, como propõem agora os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU 2015), a implementar por todos os países do mundo durante os próximos quinze anos, orientando políticas nacionais e medidas de cooperação internacional na agenda 20-30. Nos 17 objetivos e 169 metas articulam-se problemas ambientais, económicos, sociais e de governança global no sentido de contrariar o horizonte de derrocada das sociedades humanas e do planeta.

Trata-se de procurar a transição para modelos de economia mais inteligentes, que garantam políticas de regeneração e desenvolvimento construtivas não só do ponto de vista económico, como ambiental, social e ético, passando obrigatoriamente pela redução da pobreza e por uma nova gestão sustentável dos recursos naturais. Tal implica mudanças profundas nos hábitos quotidianos das populações e passa pela redefinição

dos próprios conceitos de «progresso» e «prosperidade» em termos modernos, distanciados da bulimia e da obesidade das sociedades de hiperconsumo ditas avançadas. Há um nível a partir do qual a espiral de consumo perde eficiência na produção de bem-estar para os seus consumidores, mas continua a produzir mal-estar e degradação às sociedades cujos recursos naturais explora.

Uma mudança que implica também conceitos como a «suficiência», a «poupança» e a «frugalidade». Neste sentido, o trabalho de Thomas Princen – *The Logic of Sufficiency* – questiona o princípio da eficiência como caminho adotado pelas sociedades contemporâneas para a sustentabilidade. A eficiência energética, por exemplo, mais do que reduzir a utilização de recursos escassos, teve, por vezes, efeitos contrários aos esperados, aumentando até muitas vezes o consumo energético («efeito de ricochete»). É por esta razão que Princen acredita que as sociedades atuais devem seguir uma lógica diferente – em vez da eficiência devem apostar na suficiência.

Esta aposta implica saber viver, trabalhar e consumir de forma regrada, sem cometer excessos e contentando-se com o suficiente. A ideia da suficiência preconiza que, através de uma racionalidade ecológica, as pessoas sejam capazes de se conterem nos seus consumos e gastos de recursos de forma a obterem ganhos e vantagens no futuro (e. g., sobrevivência do planeta, bem-estar para as gerações futuras). Reconhecer que se tem o suficiente para viver com bem-estar é algo que norteia o fundamento desta filosofia. Apesar de a distinção entre uma lógica da eficiência e da suficiência ser um contributo interessante nesta discussão, o que é certo é que o conceito de suficiência não foi ainda devidamente debatido e problematizado.

Alguns autores têm vindo a contribuir para dissecar a diferença entre os conceitos de frugalidade e poupança, os quais tocam, nalguns aspetos, no de suficiência. Evans (2011), tendo como pano de fundo a crise económica pós-2008, distingue entre poupança (*thrift*) e frugalidade (*frugality*) para olhar para as questões do consumo sustentável e conclui que há diferenças a assinalar. Assim, o conceito de poupança apresenta uma divergência com o consumo sustentável, já que o objetivo é poupar nos recursos para mais tarde, quando a crise passar, se voltar a gastar de novo. Há uma restrição no consumo como expressão de um cuidado com o próximo (o bem-estar da família e amigos), mas, assim que as circunstâncias económicas melhoram, volta-se aos velhos hábitos de consumo conspícuo e excessivo.

Por contraste, a frugalidade está mais orientada para o consumo sustentável, uma vez que parte do imperativo moral de poupar e reduzir o uso excessivo de recursos para preservar o planeta e o bem-estar de



outrem. Inspirada no legado do puritanismo e ascetismo, a frugalidade valoriza o trabalho em vez do lazer, a poupança em vez do gasto, a restrição em vez da indulgência, apresentando-se como uma restrição moral ao consumo e uma forma de resistência aos excessos do consumo de massas (Evans 2011, 552-553). Este conceito está assim mais próximo do de suficiência de Princen e claramente mais orientado para as preocupações da sustentabilidade, onde as questões do consumo prudente e a redução do desperdício são centrais.

Estes dois conceitos – poupança e frugalidade – serão mobilizados nas nossas análises de forma a testar se, com a crise económica, os portugueses se orientaram mais para uma atitude de poupança ou de frugalidade, sabendo que ambas as orientações têm implicações diferentes no que se refere ao posicionamento dos portugueses face à sustentabilidade.

4. Portugal é uma sociedade onde o consumo de massas surgiu tardiamente, facto que deixou marcas na persistência de alguns valores de poupança e frugalidade. Contudo, identifica-se uma clivagem importante nas práticas sociais de consumo antes e depois do 25 de Abril de 1974. Antes da revolução de abril a sociedade portuguesa, maioritariamente rural e empobrecida, vivia num consenso generalizado em torno de valores de autossustentabilidade económica e de poupança, numa prudência desconfiada dos excessos, caucionada pela mentalidade difusa que o poder político promovia e da qual também comungava.

Portugal era não só pobre, como também fechado e isolado. Na segunda metade do século XX as populações rurais começavam a sentir o declínio dos seus rendimentos devido à estagnação das taxas de crescimento da agricultura portuguesa, sobretudo a partir de finais dos anos 50 e inícios dos anos 60 (Brito Soares 2005). Assim, muitos terão resolvido romper com a insustentabilidade da sua vida rústica, deslocando-se para as periferias urbanas, a viver por vezes em bairros de lata, ou emigrando para a França, a Alemanha ou o Luxemburgo. A memória da experiência dramática de insustentabilidade socioeconómica das suas vidas pessoais tradicionais terá reforçado os valores defensivos de «produzir e poupar» na fórmula muito conhecida que Salazar popularizou.

Com o 25 de Abril outras insustentabilidades do país desembocaram igualmente na rutura: a insustentabilidade do regime político, a insustentabilidade da guerra colonial, a insustentabilidade do isolamento internacional. Subitamente, a sociedade portuguesa iniciou o seu processo de transformação para a descolonização e para a paz, para o regime democrático, para a economia aberta e para a integração europeia.

Note-se que já anteriormente, a partir dos anos 60, algo se entreabriu com a experiência europeia dos emigrados, com as modernidades de consumo induzidas pelo turismo, que dava os primeiros passos, e com a progressiva escolarização das crianças entre os 7 e os 9 anos (embora esta continuasse bastante incipiente entre os jovens acima dos 10 anos<sup>1</sup>). Todavia, sem o 25 de Abril não teria havido a mudança acelerada para todas as aberturas que haveriam de conduzir à expansão consumista dos anos 80. Em resposta aos anos intensamente políticos de 1974 a 1976, instalou-se depois uma forma disciplinar da sociedade civil baseada num novo encantamento pelos *media*, entretanto desdobrados em mais suportes e protagonizados pela televisão a cores a partir de 1980.

Esta mudança subtil, que foi transferindo as pessoas das ruas e das praças para o espaço doméstico, da vida pública para a vida privada e dos projetos políticos para as satisfações do consumo, trouxe uma adesão à cultura publicitária de ânimo moderno, juvenil e entusiasmante (Schmidt 1993). Este processo dava resposta a um novo comércio que, então, se começava a expandir e que contava com a promoção de novos objetos e produtos de consumo que a facilitação de crédito a partir de 1986 instigou (Cruz 2013).

Bastou depois a caução política de sucessivos governos desde finais de 1980, seguida da inundação de fundos comunitários que a adesão à UE proporcionou e de créditos bancários fáceis, para criar o que terá sido a maior eclosão consumista na sociedade portuguesa. Uma sociedade agora totalmente aberta e imprudentemente instigada ao consumo de tudo obliterou nessa euforia, em apenas duas décadas, a sua memória antiga de frugalidade, prudência e poupança.

A época foi de grande expansão e euforia. Foram as décadas das grandes superfícies, dos centros comerciais, dos *outlets*, das áreas comerciais, dos *stands* de automóveis novos e usados espalhados um pouco por todo o país, do ritmo galopante do renovo das aquisições e da dinâmica contínua de consumos, desde a habitação até à multiplicação de despesas associadas à escolaridade, aos lazeres e aos bens de apresentação e competição pelo prestígio social – dos telemóveis aos automóveis, que, por

---

<sup>1</sup> Nos anos 40 apenas 33% das crianças entre os 7 e os 9 anos frequentavam a escola primária; essa percentagem sobe para 95% nos anos 60 (Candeias 2001, 59, cit. in Vieira 2011, 175). Como refere ainda Vieira (2011, 174): «A percentagem de jovens com mais de 10 anos que permanece a estudar nos liceus ou nas escolas técnicas é extremamente reduzida: somente 6,5% do total de jovens em 1950 e apenas o dobro (13,3%) em 1960, no caso dos jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos».

vezes, chegaram ao nível do ostentatório, tal como algumas revistas sociais retrataram nas vida das elites endinheiradas da época.

A repentina crise de 2008 abateu-se, assim, com uma «surpreendente surpresa» sobre a maior parte da população, em larga medida já desligada das seguranças rústicas e das memórias da economia prudente da sociedade rural tradicional.

Os efeitos da austeridade que se seguiu foram drásticos, muitas vezes cruéis, e ampliaram as, já de si, profundas desigualdades sociais, numa altura em que se esperaria ter a modernização resgatado alguma equidade no interior da sociedade portuguesa (v. Rodrigues, Figueira e Junqueira 2016). De facto, o alargamento da escolaridade e as capacitações que gerou, os novos *media*, como a internet, a abertura cosmopolita e as muito melhoradas condições de vida que se tinham generalizado antes da crise levaram a esquecer que havia fossos de desigualdades que permaneciam ativos. Rapidamente se aprofundaram ainda mais os enormes desequilíbrios dentro da sociedade portuguesa: ao mesmo tempo empobreceu-se e enriqueceu-se muito; romperam-se acordos de solidariedade que se mostraram, afinal, mais frágeis do que o otimismo da democracia levava a julgar. E regressaram tensões sociais evocativas de um passado não muito distante.

Apesar da gravíssima prova de tração a que a sociedade portuguesa foi sujeita com «a crise», ecoaram nela, ainda assim, os vestígios de uma cultura antiga que falava de valores tradicionais de prudência, poupança, parcimónia e também do âmbito social que melhor os garantia: a família, as solidariedades próximas e a vida local, recuada quase sempre a meia distância entre os centros (sub)urbanos, grandes de mais, e o interior, vazio de mais. Era o mundo híbrido que Álvaro Domingues e Duarte Belo têm documentado (v., por exemplo, Belo 2008 e Domingues 2012 e 2017).

A sustentabilidade, aliás, as insustentabilidades em Portugal ganharam novas configurações e esta parecia ser a ocasião ótima para a investigar nas suas muitas modelações sociais e numa altura em que à escala internacional se fazem já sentir os impactos de alterações globais por via climática, mas não só.

Os valores da sustentabilidade estão, pois, instalados no destino da sociedade portuguesa não só pela experiência amarga da crise de 2008 (que em Portugal ganhou maior impacto a partir de 2011), mas também pela vulnerabilidade que o país manifestou de forma exuberante aos impactos das alterações climáticas. E tudo isto numa altura em que, ao contrário do que seria de supor, os valores da velha prudência tradicional se

assinalam mesmo que só vestigialmente e ainda que por vezes a reboque de ambíguos conservadorismos.

Faz tudo isto de Portugal um laboratório demasiado fascinante para se perder agora a ocasião certa de a explorar, tal como tem sido feito com outras dimensões da vida do país. Para tal, a equipa do ICS da Universidade de Lisboa liderou o processo de elaboração e operacionalização do primeiro grande inquérito que constitui o elemento-chave para o arranque de um barómetro de desenvolvimento sustentável.

5. O objetivo central de criar um barómetro de desenvolvimento sustentável é contribuir para a sustentabilidade social, económica e ambiental do país, baseando-se no reconhecimento do papel que a informação desempenha na mobilização das comunidades para uma governança mais responsável e participada. Nele integrado, o *Primeiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade em Portugal* é um estudo de grande dimensão a replicar posteriormente com abordagens anuais mais focadas e, consequentemente, mais reduzidas.

A sua operacionalização consiste num inquérito por questionário aplicado direta e pessoalmente a uma amostra representativa da população portuguesa, cobrindo todas as áreas temáticas respeitantes à Missão Continente (alimentação saudável, produção nacional, sustentabilidade ambiental e consumo responsável), mas não descurando temáticas relevantes que se enquadram noutras áreas estratégicas da sustentabilidade (por exemplo, o desperdício alimentar, a inclusão e justiça social e ambiental, a saúde, a cidadania e a participação). Posteriormente, em cada edição, vai ser selecionado um tema específico que será alvo de um aprofundamento mais detalhado, não invalidando, porém, a manutenção regular de uma bateria de questões consideradas centrais e que serão monitorizadas ao longo do tempo.

Acreditando que o desenvolvimento sustentável é responsabilidade de todos – governo, empresas, sociedade civil e cidadãos – o *Primeiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade* teve como objetivos gerais: (i) conhecer os hábitos dos portugueses no que respeita às várias vertentes que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável; (ii) identificar áreas onde se tornam prioritárias ações de informação, sensibilização e mobilização; (iii) partilhar informação importante com diversos parceiros da sociedade civil para definir melhores estratégias de atuação no sentido do desenvolvimento sustentável.

Trata-se de um inquérito pioneiro e, como já se referiu, representativo da população portuguesa com mais de 18 anos de idade, residente em

Portugal (continente e ilhas), que explora a sensibilidade, os valores, o conhecimento e as representações sociais dos portugueses sobre sustentabilidade. Neste sentido, abordam-se grandes campos temáticos organizados em torno das quatro dimensões do conceito: economia, sociedade, ambiente e governança.

A partir destas dimensões da sustentabilidade, aplicaram-se questões que cobriram os seguintes campos temáticos:

- a) Opções e expectativas de desenvolvimento: atividades e visões mais e/ou menos sustentáveis que se vislumbram para o futuro do país; políticas públicas prioritárias e dimensões que mais se articulam ao conceito de sustentabilidade;
- b) Consumo e responsabilidade: perfis de consumidor (consciência, lazer, variedade e escolha, experiência, suficiência, etc.); conflitos de valores nas práticas de consumo quotidianas (conveniência, preço, ambiente, justiça social, saúde e higiene); predisposição para a mudança nos padrões de consumo;
- c) Produção nacional/global: valores, atitudes em relação à produção nacional e local e também à produção global e suas implicações;
- d) Alimentação e saúde: perceções sobre alimentação saudável, critérios e locais de compra alimentar, perceções sobre risco alimentar, atitudes face ao futuro da alimentação;
- e) Desperdício alimentar: atitudes face ao desperdício alimentar (nas cantinas, nos supermercados e em casa); ações para minimizar o desperdício e noção da suficiência;
- f) Participação e práticas: causas mais mobilizadoras para os portugueses na resolução estrutural dos problemas socioambientais (ação coletiva ecológica, social ou económica, economia circular, associativismo, iniciativas de solidariedade social);
- g) Crise e mudanças: impactos da recente crise económica nas alterações dos hábitos de consumo, nas práticas alimentares e de lazer, bem como nas perspetivas futuras dos portugueses.

6. Os resultados obtidos encontram-se organizados em oito capítulos. Em primeiro lugar, a presente introdução procurou enquadrar brevemente a problemática da sustentabilidade que inspira e modela os objetivos deste trabalho tanto em termos gerais como especificamente para a situação vivida pela sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas.

Segue-se depois a análise dos resultados. Numa parte inicial – «Portugal prospetivo: setores, políticas e problemas» (capítulo 1) – reflete-se sobre

o modo como veem os portugueses o seu país e que expectativas têm quanto ao seu desenvolvimento – seja a nível dos setores económicos a investir, seja das políticas públicas prioritárias e, dentro da dimensão ambiental, quais as preocupações a exigirem medidas mais prementes.

Em seguida, procede-se a uma análise sobre «sustentabilidade e sensibilidades» (capítulo 2) – como estão, ou não, os portugueses familiarizados com o conceito de «sustentabilidade» e como o interpretam considerando as suas diferentes dimensões. Focando especificamente a dimensão ambiental – e recuperando uma escala que avalia a sensibilidade ecológica –, avaliamos até que ponto os portugueses aderem aos novos valores ecológicos.

Sucede-se, depois, um bloco dedicado ao «consumo, consumidores e responsabilidade» (capítulo 3) – onde procuramos entender como se posicionam os portugueses perante práticas de consumo que se articulam com as quatro dimensões da sustentabilidade (económica, ambiental, social e institucional) e como integraram a dimensão moral (positiva ou negativa) no ato de consumir. Delineamos ainda nesta parte os perfis de consumidores dominantes e os perfis emergentes, conforme as características sociais dos inquiridos.

As questões de «alimentação, saúde e desperdício» (capítulo 4) mereceram um enfoque específico, a fim de avaliar quais as tendências que os portugueses apresentam quanto às suas escolhas alimentares e o que os pressiona num ou noutro sentido; quais os critérios de compra que os orientam nas suas escolhas alimentares e que preocupações destacam no que respeita à informação e rotulagem; bem como as predisposições que manifestam para novas dietas alimentares.

Um ponto seguinte dedica-se à «participação e práticas» (capítulo 5) – como se posicionam os portugueses face ao associativismo e voluntariado e em que escalas opera a participação cívica no país – entre as ações de proximidade e os níveis nacionais e globais. Ainda nesta parte analisam-se as práticas mais frequentes a favor da comunidade e também as ações regulares a favor do ambiente.

Um último ponto incide sobre a «crise e mudança» (capítulo 6) – que impactos viveram (e vivem) os portugueses devido à crise económica e que novas situações foram criadas a vários níveis: alimentação, opções de consumo e alterações nas práticas de lazer.

Remata-se esta análise de resultados do *Primeiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade em Portugal* com um conjunto de «reflexões finais» onde se sintetizam as principais conclusões e se perspetivam caminhos futuros de aprofundamento de algumas das questões centrais abordadas no estudo.

Finalmente, depois de apresentada a bibliografia, junta-se em anexo uma análise sucinta sobre a amostra selecionada.

7. A primeira apresentação pública deste trabalho teve lugar no ICS a 6 de setembro de 2016 numa sessão que contou, para além dos autores, com intervenções de José Luís Cardoso (diretor do ICS, Universidade de Lisboa), Luís Moutinho (CEO da SONAE MC), João Pedro Matos Fernandes (ministro do Ambiente) e José António Vieira da Silva (ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social). Como comentadores dos resultados num debate animado pelo jornalista da RTP João Adelino Faria, estiveram presentes Ana Escoval (presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar Lisboa Central), Carlos Pimenta (engenheiro e ex-secretário de Estado do Ambiente), Isabel Jonet (presidente do Banco Alimentar contra a Fome), Pedro Adão e Silva (professor de Ciência Política e Políticas Públicas no ISCTE-IUL).

Este foi um momento enriquecedor de ciência aberta e socialmente responsável que, muito significativamente, foi encerrado por um discurso sobre sustentabilidade e o país proferido por S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

Resta assinalar que o trabalho de pesquisa decorreu desde o início em plena sintonia entre a equipa de investigação do Observa e a equipa da Missão Continente e seus parceiros estratégicos (incluindo o seu conselho consultivo) no mais escrupuloso respeito pela independência científica. Os inquéritos foram aplicados pela empresa de estudos de mercado IMR, com a qual colaborámos ativamente na construção do protocolo, na formação dos inquiridores e na construção da amostra (v. anexo).